

FAZENDO GÊNERO NA CIBERDEMOCRACIA BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS TELECENTROS, A DEMOCRACIA ELETRÔNICA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

NEIDE MAYUMI OSADA

Instituto de Geociências da Unicamp

mayumi@ige.unicamp.br

MARIA CONCEIÇÃO DA COSTA

Instituto de Geociências e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu
(Unicamp) dacosta@ige.unicamp.br

Recibido: 03/07/2007 Aceptado: 13/09/2007

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as relações sociais de gênero no desenvolvimento dos projetos de inclusão digital e na construção de uma democracia eletrônica mais interativa e participativa. A abordagem teórica leva em conta os estudos sociais da tecnologia, e é focado principalmente na importância do papel da mulher na construção dos telecentros e na sua contribuição à redução da brecha digital. No que se refere à inclusão da mulher na democracia eletrônica, o artigo aponta, por um lado, para a ausência de projetos que incentivem a presença delas nos telecentros e que amplie sua interação política na rede virtual. Por outro lado, os serviços de governo eletrônico ainda estão baseados na primeira geração da Internet, e são pouco interativos e participativos.

Palavras-chave: gênero e tecnologia, democracia eletrônica, inclusão digital, telecentros.

Abstract: This article aims to analyse social gender relations within the development of digital inclusion projects, and in the construction of a more interactive and participative electronic democracy. The theoretical approach takes into account the social studies of technology, and focuses on woman's role in the construction of telecenters, and her contribution in reducing digital divide. Concerning to women inclusion at the electronic democracy, this article points out the lack of projects able to attract women to the Digital Inclusion Places (DIP), and to foster female political interaction within the virtual network. It also points out that electronic government services are still based on the first generation of Internet, and are little interactive and participative.

Key words: gender and technology, electronic democracy, digital inclusion, *Digital Inclusion Places*.

A primeira vez que a Dona Cida*¹, moradora do Jardim Sônia Regina, navegou pela Internet foi em 2001. O monitor do Telecentro Cio da Terra, localizado no extremo da zona sul da cidade de São Paulo, pacientemente explicava como funcionava o computador e como navegar pela Internet. Mas quando foi a sua vez de manipular o computador, o monitor percebeu que a explicação fora

¹ * Nome fictício

abstrata demais para quem nunca havia visto um computador antes. Dona Cida, ao ouvir o monitor pedir para passar o mouse sobre um ícone da tela, não teve dúvidas e empurrou o próprio mouse, e não o cursor, na tela. Assim foram as experiências de muitas pessoas nos pontos públicos de inclusão digital (PIDs).

Seis anos após a implementação dos primeiros programas de inclusão digital houve um sensível amadurecimento por parte das instituições que implementam e coordenam essas ações, assim como a visão da população em relação ao computador, ao mouse, ao monitor e à Internet. A própria fala dos usuários e moradores do entorno do telecentro demonstra uma certa intimidade com relação a essa nova linguagem ao discorrer sobre as transformações do cotidiano de suas vidas com a chegada da internet e do telecentro. No entanto, isso não se deve somente à instalação dos PIDs nos bairros mais periféricos da cidade, mas também pela ampliação do número de *Lan Houses* ou *cibercafés*, pelas aulas de informática nas escolas públicas - boa parte delas estão equipadas com salas de informática - e pela difusão do tema na mídia em geral, especialmente na televisão.

De usuários inexperientes a participantes criativos, e também nem tão criativos assim, a Internet está mudando a vida dos usuários dos PIDs. Considerando-se essas mudanças, este artigo tem como objetivo analisar as relações de gênero no espaço dos telecentros, analisar o papel das mulheres na construção dos telecentros e entender como as mulheres interagem na chamada democracia eletrônica.

Esta análise aponta que a “tecnologia está incorporada na cultura, política e sociedade e encontra-se situada em conjunturas; dessa maneira, não é surpresa que seja encarada como carregada de imagens simbólicas da masculinidade. Para Cockburn e Ormrod (1993)² a palavra tecnologia na cultura do ocidente significa os processos costumeiramente criados, utilizados e controlados por homens sem a presença feminina. Wajcman (1996)³, ao discorrer sobre a concepção – projeto - masculina no aparato da produção tecnológica, conclui que a tecnologia é vista como socialmente construída, mas construída por homens com exclusão das mulheres” (Figueiredo, 2007)⁴.

As mulheres, ao contrário dos homens, como afirma Faulkner (2003)⁵, levam mais tempo para ganhar intimidade com artefatos tecnológicos. Assim,

² COCKBURN, C. AND ORMROD, S. *Gender and technology in the making*. London: Sage, 1993. pp. 98

³ WAJCMAN, Judy. *Feminism confronts technology*. USA: The Pennsylvania state university Press, 1991. UK: second printing 1996. pp. 31

⁴ FIGUEIREDO, L. C. *O Gênero na educação tecnológica*, mimeo, DPCT/Unicamp, (2007).

⁵ TINE, Kleif e FAULKNER, Wendy. "I'am No Athlete [bit] I can make this thing dance!" - Men's

são dados relevantes saber a frequência com que vão aos telecentros, que tipo de apoio necessitam, que tipo de ações são mais eficazes para incluir a mulher no ambiente do telecentro.

A pesquisa de campo é resultado de visitas, de entrevistas e de observação em telecentros pertencentes aos programas⁶ Telecentros da prefeitura da Cidade de São Paulo, Identidade Digital da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, Rede Maciço de Baturité, localizado no interior do Estado do Ceará e Telecentro Rede Pipa Sabe, localizado no estado do Rio Grande do Norte, projeto incubado na Cidade do Conhecimento da Universidade de São Paulo (atualmente é gerido pela ONG EducaPipa). Os dados quantitativos foram extraídos das pesquisas “Ponline 2007”⁷, realizada pelo programa Acesso São Paulo, “Apropriação cidadã dos telecentros de São Paulo: levantamento social”⁸, realizado entre os usuários da rede Telecentros da prefeitura da cidade de São Paulo e da “Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da Comunicação no Brasil, 2006”⁹, pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet.

A maioria dos telecentros está localizada em regiões carentes, a exceção de telecentros instalados no centro ou em postos de serviços públicos, uma parte importante dessas comunidades está alijada de serviços essenciais como educação, saúde, lazer, transporte público e saneamento básico. Essa população convive com a violência, com o narcotráfico, com o aumento das famílias monoparentais, chefiadas por mulheres e com o assustador crescimento de jovens que engravidam ainda na adolescência.

“Tijolo por tijolo num desenho mágico”: a construção dos telecentros

Cidade Tiradentes é o último bairro da Zona Leste da Cidade de São Paulo; do centro da cidade leva-se mais de uma hora e meia para chegar, em transporte público. O bairro surgiu na década de 1980, como resultado de políticas habitacionais que deslocou esta população que vivia em cortiços e favelas de bairros de classe média como Bela Vista, Jabaquara e Barra Funda.

O bairro Cidade Tiradentes é um dos mais pobres de São Paulo, possui os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano, baixos índices de escolaridade, grande concentração de jovens e falta de emprego. Quando a

pleasures in technology”. *Science, Technology & Human Value*, vol. 28, Nº2, 2003. pp. 296-325

⁶ Visitas realizadas entre 2001 e 2005.

⁷ <http://www.acessasp.sp.gov.br/ponline/>

⁸ http://rits.org.br/relatorio_2004/informacao.htm

⁹ <http://www.cetic.br/publicacoes/index.htm>

população foi deslocada para Cidade Tiradentes, foram acomodados em apartamentos pequenos, em melhores condições que o “barraco” em que viviam, porém longe do bairro que estavam acostumados a viver, longe das antigas redes sociais, longe do trabalho, longe do lugar em que viveram por muitos anos.

Pelo formato da moradia, chamaram o bairro de “caixote da exclusão”. Contam os moradores que quando saiam para trabalhar, ainda de madrugada, não encontravam suas casas depois da jornada de trabalho. O bairro concentrava o maior número de conjuntos habitacionais - caixotões padronizados, grudados um nos outros e de janelas pequenas -, e todas as ruas eram de terra batida e mal iluminadas; além disso, na época não havia comércio. Hoje as moradias têm cores diferentes, têm novas áreas construídas pelos próprios moradores, têm ruas asfaltadas e condições mais dignas.

Não por acaso, um dos primeiros telecentros instalados na gestão da prefeita Marta Suplicy foi o Telecentro Cidade Tiradentes. O projeto de inclusão digital tinha como objetivo abrir PIDs em áreas cuja população não tivesse acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, a fim de reduzir a brecha digital numa das cidades mais ricas do país. Contaram com o apoio dos líderes comunitários, sem o qual não se garantiriam o funcionamento do projeto e a segurança dos equipamentos.

No primeiro aniversário de lançamento do Telecentro Cidade Tiradentes, a líder comunitária Dona Maria* lembrou os esforços para a construção do projeto de inclusão digital. Liderado por ela e outros moradores do bairro, decidiram que a sede do telecentro seria em um terreno dominado pelo tráfico de drogas. Com muito esforço e muito diálogo conseguiram convencer o grupo a deixar o espaço, para logo em seguida formar um mutirão, entre os próprios moradores, para construir a futura sede do projeto.

De modo geral, os líderes e gestores comunitários cuidam da manutenção, organização e conservação do espaço e do entorno, os monitores¹⁰ e coordenador do telecentro cuidam do cotidiano do laboratório, oferecem cursos de capacitação em informática, dão suporte aos usuários, implementam atividades culturais, elaboram projetos de melhoria do PID e da comunidade, enquanto que a instituição que implementa o projeto se responsabiliza pela manutenção e atualização do sistema operacional, organiza as capacitações, eventos, realiza pesquisas e debates. De acordo com Beatriz Tibiriçá, ex-coordenadora do programa Telecentros, a presença do líder comunitário é o que

¹⁰ Os monitores são pessoas contratadas pela coordenação do projeto, possuem conhecimentos em informática e moram no próprio bairro. Trabalham 6 horas por dia e recebem cerca de R\$ 450,00 por mês.

garante a preservação dos equipamentos e evita possíveis atos de vandalismo. Nenhum telecentro possui policiamento ou segurança privada.

As mulheres, especialmente as líderes comunitárias, tiveram um papel crucial na consolidação dos telecentros. A transformação dos telecentros de uma simples sala com computadores e Internet a pólos articuladores de projetos, eventos culturais, reivindicações sociais e disseminador da democracia virtual só foi possível pelo destacado papel das líderes comunitárias.

Histórias com a de Dona Maria não são incomuns. A projeto Telecentro Rede Pipa Sabe no Rio Grande do Norte só saiu do papel quando Norma substituiu o antigo coordenador que não havia conseguido mobilizar pessoas para que o PID iniciasse suas atividades. O espaço onde foi instalado o telecentro pertencia à prefeitura e estava abandonado. Com a presença de Norma, as paredes do telecentro foram pintadas, a entrada ganhou um jardim e, além dos computadores, montou-se uma pequena biblioteca.

Não seria contraditório afirmar que essas mulheres que permitiram a consolidação de um projeto desta natureza não tenham, elas próprias, se beneficiado do projeto, no seu sentido estrito. Sobre a perspectiva da “flexibilidade interpretativa”¹¹, as mulheres criaram uma nova interpretação do que seria seu papel dentro dessa rede. Elas, por um lado, se “empoderaram” dentro das suas comunidades e se tornaram invisíveis na rede virtual criadas por elas. Por outro lado, criaram formas transformadoras de participação social no espaço público, beneficiando suas comunidades.

Garotas no ciberespaço: aspectos positivos e negativos

O perfil dos usuários dos PIDs é relativamente homogêneo. De acordo com dados estatísticos extraídos de programas de inclusão digital¹², a maioria dos usuários está na faixa etária dos 11 aos 24 anos (73%), são estudantes do ensino fundamental e médio de escolas públicas (78.3%). A maioria dos frequentadores tem renda familiar de até dois salários mínimos ou R\$ 700,00/ €270,00 (55% dos usuários) e 30% dos usuários possui renda familiar de 2 a 4 salários mínimos (R\$

¹¹ Os atores sociais relevantes tendem a atribuir diferentes significados a um determinado artefato, é o que Callon e Bijker chamaram de “flexibilidade interpretativa”. Assim, “as máquinas carregam palavras daqueles que a inventaram, desenvolveram, aperfeiçoaram e a produziram, as máquinas são pessoas que falam”.

¹² Referências: Ponline 2006. Pesquisa Online realizada em agosto de 2006. Recorte por sexo. Acesso SP, 2006. Acessado em agosto, 2007: <http://www.acesasp.sp.gov.br>; Apropriação Cidadã dos Telecentros de SP: um levantamento social, 2004. Programa Telecentros (2001-2005) Ritz: www.ritz.org.br e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, Programa Identidade Digital do Estado da Bahia (2003-2007).

1.400,00 ou € 538,00). Desse universo, 15% possui algum tipo de ocupação remunerada e 25% estão desempregados. Negros e pardos representam aproximadamente 40% dos usuários, de acordo com critérios da autodefinição.

Tabela 1: Porcentagem de usuários por idade e sexo

Idade	Fem	Masc	Total
de 11 a 14 anos	15,5	13,1	14,0
de 15 a 19 anos	41,0	36,2	38,0
de 20 a 24 anos	20,8	21,1	21,0
de 25 a 29 anos	9,8	10,8	10,5
de 30 a 39 anos	8,9	11,5	10,5
de 40 a 49 anos	2,7	5,3	4,3
acima de 50 anos	1,4	2,0	1,7
Idade média			22,1

Fonte: Ponline2006

Tabela 2: Porcentagem de usuários por grau de escolaridade e sexo

Escolaridade	Fem	Masc	Total
Analfabeto	0,1	0,2	0,1
Educação infantil	0,4	0,7	0,6
Ensino Fundamental	21,5	22,0	21,8
Ensino Médio	56,0	56,8	56,5
Curso profissionalizante	7,0	7,3	7,2
Ensino superior	13,4	11,4	12,1
Pós-graduação	1,5	1,7	1,6

Fonte: Ponline2006

Tabela 3: Porcentagem de usuários por renda familiar e sexo. (SM=Salários Mínimos = R\$ 350 = €135)

Salários Mínimos	Fem	Mas	Total
Até 1 SM	14,9	15,5	15,3
De 1 SM até 2 SM	38,5	37,6	38,0
De 2 SM até 4 SM	30,6	30,1	30,3
De 4 SM a 6 SM	10,2	10,0	10,1
De 6 SM a 8 SM	3,1	3,4	3,3
De 8 SM a 10 SM	1,4	1,6	1,6
Acima de 10 SM	1,2	1,7	1,5

Fonte: Ponline2006

Quanto à participação por gênero, a presença das mulheres aumenta ou reduz de acordo com a sensibilidade do programa quanto às diferenças de gênero e quanto ao incentivo à participação feminina. Se o programa é alheio às questões de gênero, então as conseqüências serão negativas para elas. No programa Acessa SP, 37% dos participantes são mulheres, enquanto que programas como Telecentros da prefeitura de São Paulo, as mulheres representam 48,7% dos usuários. No Identidade Digital da Bahia, as mulheres são maioria, representando 54% do total de participantes.

Tabela 4: Participação em porcentagem por programa de inclusão digital e por sexo

Programa	Fem	Masc
Acessa SP	37,0	63,0
Telecentros SP	48,7	51,3
Identidade Digital (Bahia)	54,0	46,0

Fonte: Ponline 2006, Relatório 2004 RITZ, Secretaria de CT&I Bahia 2004. Elaboração própria.

A então coordenadora Denize Bezerra do programa baiano afirmou que a identificação de distintos grupos na comunidade (pessoas interessadas em música, mulheres, idosos, mães solteiras, estudantes, etc) tinha como objetivo

envolver essas pessoas nos projetos de inclusão digital. Ainda que o programa não tenha ações diretas de inclusão da mulher à inclusão digital, o programa conseguiu atrair um número significativo delas. Para Castaño (2005)¹³, “a sociedade da informação é uma sociedade de pessoas, e não somente de tecnologias... somos pessoas que trabalham em empresas da nova economia do conhecimento, executivas em Nova York, ou atendente de telemarketing em Jacarta”.

De acordo com Lemos e Costa¹⁴, um bom modelo inclusão digital apresenta três categorias: técnico, cognitivo e econômico. De um total de 12 programas de inclusão digital implantados na cidade de Salvador, apenas o Identidade Digital abarcava as três categorias. Os demais projetos enfatizavam basicamente a dimensão técnica.

Neste caso, a Secretaria de Ciência e Tecnologia uniu elementos da cultura baiana, no caso a música, e com isso criou o Infocentro de Produção Musical, em parceria com a Eletrocooperativa, ONG que utiliza a música como forma de inclusão social. O infocentro de produção musical está equipado com mesa de som, pickup para mixagem de áudio e computadores para edição das músicas produzidas pelos jovens da favela da Amaralina.

Isso aponta para uma importante questão, os programas de inclusão digital deveriam incluir gênero como uma categoria necessária no processo de implantação dos telecentros e para a conseqüente consolidação da democracia eletrônica brasileira. Para Wacjman¹⁵, o fato de que muitos objetos tecnológicos não tenham sido criados de acordo com interesses ou identidades femininas, impedem ou criam barreiras para que as mulheres se apropriem de tais artefatos. A implementação de um programa de inclusão digital num universo carente que não leva em consideração as diferenças entre homens e mulheres gera o enfraquecimento da participação feminina. Como afirma Wacjman, “a afinidade masculina com a tecnologia é agora vista como parte integral da constituição da identidade do gênero masculino e da cultura tecnológica”¹⁶, mas não da mulher. Os garotos são atraídos ao telecentro pelo apelo lúdico dos games, enquanto que

¹³ CASTAÑO, Cecilia. *Las mujeres y las tecnologías de la información: Internet y la trama de nuestra vida*. Madrid, Alianza Editorial, 2005. pp. 17.

¹⁴ LEMOS, André e COSTA, Leonardo F., “Um modelo de Inclusão Digital: o caso da cidade de Salvador”, *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. Vol. VIII, n. 6, Sep. – Dic. 2005.

¹⁵ WACJMAN, Judy. “Reflexions on Gender and Technology Studies: in what state is the art?” *Social Studies of Science*

¹⁶ *Ibid.*, 454.

as garotas são atraídas pela necessidade de elaborar coisas “sérias”¹⁷, como afirma Ricoldi (2004).

Outra questão bastante relevante nos PIDs é o desencorajamento da ida de mães com filhos pequenos ao telecentro. De acordo com Ricoldi¹⁸, cerca de 15% dos usuários¹⁹ dos infocentros do Estado de São Paulo possuem filhos, e deste universo, 22% são mulheres com filhos e 11% são homens. Ainda que 22% das usuárias dos infocentros do Acesso São Paulo tenham filhos, não se permite a entrada de acompanhantes e de crianças na sala dos computadores. “Por esse motivo (falta de sala de espera), nestes infocentros, onde a demanda é relativamente grande, formam-se filas extensas (cerca de 10 a 15 pessoas). Este aspecto também causa constrangimentos aos usuários, em especial às mulheres. Caso as mulheres consigam acompanhantes que possam cuidar de seus filhos enquanto utilizam o computador, estes deverão ficar do lado de fora, a mercê das intempéries. Sol muito forte ou chuva torrencial são alguns dos fatores que muitas vezes fazem com que mulheres desistam de ir ao infocentro”.

No Infocentro de Produção Musical do Identidade Digital, as jovens mães levam seus filhos ao infocentro, e enquanto utilizam os equipamentos, outras pessoas cuidam das crianças. A entrada dos filhos dentro dos telecentros não é proibida, uma importante razão para estimular a presença delas nos PIDs.

Os programas de inclusão digital estão se difundindo de forma bastante ampla em todo o território nacional. Um mapeamento nacional de todas as iniciativas é sempre uma iniciativa incompleta, pois os projetos surgem de maneira desordenada, de certa maneira caótica, e são esses fatores que levam a um cenário múltiplo e complexo das iniciativas de inclusão digital no país. Contribuem os projetos públicos (federal, estadual e municipal), as organizações não governamentais, as propostas geradas dentro nas universidades e as até os *cibercafés* ou *lan houses*.

Um mapeamento preliminar realizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia enumera mais de 100 diferentes tipos de programas e projetos de inclusão digital por todo o país. São mais de 17.500 pontos de inclusão digital (PIDs) em todo território nacional, sendo São Paulo o estado que concentra o maior número de iniciativas, totalizando 3.845 PIDs. As iniciativas privadas como as *lan houses* e *cibercafés* são iniciativas importantes uma vez que atendem uma parcela importante da população em bairros periféricos e favelas.

¹⁷ Elaboração de Currículos, busca de empregos, pesquisa escolar etc.

¹⁸ RICOLDI, Arlene Martinez. Gênero e Informação: como as mulheres se relacionam com a tecnologia disponível nos Infocentros comunitários da periferia de São Paulo. Escola do Futuro, São Paulo, 2004. pp. 13

¹⁹ Em pesquisa online realizada em parceria com Escola do Futuro da Universidade de São Paulo.

Mesmo com uma presença significativa de PIDs, ainda que o número não seja suficiente, dados apresentados pela “Pesquisa nacional sobre usos das TICs no Brasil – 2006”, coordenado pelo Comitê Gestor da Internet, apontam para um quadro ainda pessimista com relação à inclusão digital da população brasileira. Cerca de 54% da população nunca usou computador e 67% nunca acessou a Internet.

Tabela 5: Número de PIDs - pontos de inclusão digital - no Brasil por Estado

Região	Estado	PIDs
Sul	Rio Grande do Sul	767
	Santa Catarina	548
	Paraná	827
Sudeste	São Paulo	3845
	Minas Gerais	2012
	Rio de Janeiro	1229
	Espirito Santo	363
Nordeste	Bahia	888
	Sergipe	126
	Alagoas	181
	Pernambuco	1961
	Paraíba	305
	Rio Grande do Norte	295
	Ceará	1025
	Piauí	267
Centro-Oeste	Maranhão	446
	Mato Grosso do Sul	151
	Mato Grosso	173
	Goiás	581
Norte	Distrito Federal	227
	Acre	75
	Rondônia	81
	Amazonas	260
	Roraima	55

	Pará	563
	Amapá	95
	Tocantins	112
Total		17458

Fonte: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2007

Tabela 6: Porcentagem de pessoas que usam a Internet por atividade e sexo

Atividades	Fem	Mas	Total
Email	86,5	86,4	86,4
Mensagens instantâneas	65,3	64,6	64,8
Sites de relacionamento	64,9	62,1	63,1
Ler notícias, jornais, revistas	43,3	50,7	47,9
Salas de bate-papo, chat	44,2	46	45,4
Informações lazer	36,7	44	41,3
Buscar emprego ou enviar currículo	35,35	37,2	36,6
Informações saúde ou serviços de saúde	25,8	24,6	25,1
Rádio ou TV	17,2	26,3	22,9
Jogos	14,5	26,4	22
Downloads de Música, Filmes e softwares	8,6	16,7	13,7
Compras ou pesquisa preços	8,4	14,2	12,1
Participação em listas ou fóruns de discussões	8	14,4	12
Internet Banking	8,1	10,4	9,6
Cursos a distância	5,2	7,4	6,6
Pagar contas	3,6	5	4,5

Fonte: Ponline2006

Ainda que a maioria das pessoas freqüentadoras de PIDs faça uso mediano da Internet (ver Tabela 6), ainda que o tempo seja escasso²⁰ para aqueles que desejam participar da democracia eletrônica, algumas pessoas conseguem romper as barreiras e se transformarem em atores sociais mais interativos e participativo.

²⁰ Cada usuário pode permanecer por 30 minutos nos computadores dos infocentros do ACESSA SP.

O projeto Rede Pipa Sabe, atual Telecentro EducaPipa, está localizado numa das praias mais charmosas do Nordeste, reduto de golfinhos e de tartarugas marinhas. Não por acaso, o turismo é a principal atividade econômica da comunidade - a praia recebe turistas brasileiros e europeus -, e infelizmente, o lado reverso da moeda é a especulação imobiliária que encarece o custo de vida da população nativa, o turismo predatório, a prostituição infantil e as ocupações ilegais de construtoras irresponsáveis. A presença já intensa de *cibercafés* e *lan houses* na pequena praia da Pipa faz parte do cotidiano dos moradores e dos turistas, são mais de 10 estabelecimentos comerciais dessa natureza que oferecem serviços de acesso à Internet. É uma das praias mais conectada do país, no entanto a população nativa - composta principalmente por pescadores e artistas - nunca teve a oportunidade de acessar a Internet, até a instalação do telecentro.

A instalação do telecentro proporcionou a formação de uma nova rede de atores, permitindo que idéias inovadoras se tornassem realidade, como a criação da TV Pipa. O projeto da tv iniciou-se com equipamentos precários – no início era uma máquina fotográfica com poucos recursos e muita vontade de pessoas que acreditaram na idéia. O primeiro telejornal de Pipa foi projetado na praça principal da praia, em 2004. Em 2005, o grupo, liderado por Josiene, submeteu o projeto a um edital do Banco do Nordeste do Brasil, banco regional de desenvolvimento, e obteve os recursos necessários para a viabilização da compra de equipamentos para a filmagem, edição do vídeo e projeção do telejornal na pracinha.

Quando estimuladas, a relação das mulheres com a tecnologia muda. De medo e aversão, passam a utilizar as tecnologias de informação e comunicação de forma criativa, como a ampliação da renda familiar, desenvolvimento de projetos comunitários e até de um telejornal eletrônico.

No que se refere à construção de uma ciberdemocracia, é, ainda, crucial que essas iniciativas continuem implementando os PIDs, já que os dados da pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet revelam, ainda, um cenário negativo quanto ao acesso de mais da metade da população brasileira à Internet.

Os serviços de governo eletrônico são utilizados pelos usuários de PIDs ainda de forma bastante pontual como realização de consultas aos diversos serviços, busca de informações, emissão de atestados e certidões. A tabela abaixo apresenta uma relação dos principais serviços de governo eletrônico e a frequência com que os cidadãos a utilizam.

O serviço de governo eletrônico mais utilizado nos telecentros é a declaração anual de isentos, para aqueles que possuem inscrição junto ao

Cadastro de Pessoas Físicas – CPF. A declaração é necessária para os que possuem renda anual inferior a aproximadamente 15 mil reais/5.700 euros. De acordo com o perfil dos usuários dos telecentros, é possível entender as razões pelas quais a consulta ao CPF é o serviço utilizado pela maioria dos usuários (62.7%).

De acordo com a relação exposta na Tabela 7, os serviços de e-gov são pouco interativos, a maioria é baseada na oferta de informações, e os mais interativos limitam-se a consultas aos bancos de dados do governo ou preenchimento de formulários eletrônicos, que alimentarão essa base de dados.

Tabela 7: Serviços de e-gov utilizados por frequentadores dos Infocentros

Serviços de e-gov	Fem	Mas	Total
Consultar o Cadastro de Pessoa Física - CPF	60,5	63,7	62,7
Fazer inscrição em concursos públicos	35,1	35,7	35,35
Fazer declaração de imposto de renda	33,2	36,3	35,3
Buscar informações sobre serviços públicos de educação	34,4	29,7	31,2
Buscar informações sobre emprego	28,6	27,5	27,8
Fazer consultados sobre IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, multas, pontos na carteira de motorista, licenciamento de veículos	16,8	24,3	21,9
Buscar informações sobre serviços públicos de saúde	21,9	19	19,9
Solicitar atestados de antecedentes	16,4	21,6	19,9
Buscar informações sobre direito do trabalhador	17,9	19,1	18,7
Buscar informações sobre o título de eleitor	17,5	18	17,8

Fazer consultas sobre taxas de serviços públicos	15,6	15,3	15,4
Buscar informações sobre programas assistenciais	17,6	14,3	15,4
Buscar informações sobre como emitir documentos	13,9	15,5	15
Fazer consultas sobre IPTU- Imposto sobre a propriedade predial e territorial Urbana e outros impostos municipais	9,2	11,8	10,9
Fazer boletim de ocorrência	9	11	10,4
Obter certidões negativas de débito	6,3	7,8	7,3

Fonte: Ponline2006

Considerações finais

A inclusão da mulher de camadas populares na democracia eletrônica caminha a passos lentos. A presença feminina no ciberespaço pode ser uma questão geracional, já que a porcentagem de meninas adolescentes é levemente superior a dos meninos. No entanto, a proporção se reduz e se inverte conforme aumenta a faixa etária, assim, a partir dos 24 anos, a presença dos garotos passa a ser majoritária.

Os programas públicos de inclusão digital deveriam levar em conta a diferenças de gênero. Esses programas ao entenderem que homens e mulheres são iguais obrigam as mulheres a se adaptarem à identidade do grupo dominador, daí medidas como a proibição de crianças às salas dos computadores. Por essa razão, é preciso desconstruir a idéia de igualdade de gênero que permeia as relações entre os diversos atores sociais da rede de inclusão digital, para reconstruir um projeto múltiplo, polifônico e polivalente²¹.

²¹ HARAWAY, Donna. *Situated Knowledge: the science question in feminism and the privilege of partial perspective*. In: LEDERMAN, Muriel e BARTSCH, Ingrid. *The gender and science reader*, London e New York, Routledge, 2001.

Dessa forma, um bom modelo de inclusão digital é aquele que soma, além das três categorias analisadas por Lemos e Costa (2005) – cognitivo, econômico e técnico –, a categoria gênero. O programa Rede de Apoio a Mulheres da América Latina e Caribe aponta para a importância em se incentivar o uso das tecnologias de informação e comunicação em associações e grupos de mulheres para que estas utilizem essas ferramentas como forma de “empoderamento” delas e do grupo. Uma solução bastante simples com implicações importantes na construção de uma democracia eletrônica mais integradora e equitativa.